



I Representação Parlamentar I



## **Declaração Política**

### **Intervenção | Fevereiro 2015**

### **Deputada Zuraida Soares**

Para o Bloco de Esquerda, a acuidade, a gravidade e a emergência do que se está a passar na ilha Terceira, em resultado das decisões da administração norte-americana é, de facto, ímpar.

Como tal exige, pela sua dimensão e profundidade, respostas novas, bem como a assunção das responsabilidades a quem de direito e a nossa Região não pode abrir mão dessas responsabilidades, nem das consequentes reparações, devidas e exigíveis.

O Bloco de Esquerda não pactua com o inusitado barulho que se fez na última semana, durante a qual proliferaram as reivindicações de determinados sectores políticos e económicos, ao quais, tentando exacerbar bairrismos subterrâneos, mais não visam do que esconder os principais causadores da calamidade social, económica e ambiental, vivida na ilha Terceira.

Até mesmo escribas partidários do Governo Regional reinventam a história do nosso país, para acobertar os verdadeiros causadores deste trágico problema social.

Estamos a falar de mais de 2.000 pessoas lançadas no desemprego, muitas das quais já sofrem, nas suas vidas, esse flagelo. Estamos a falar de uma quebra abrupta da economia da Ilha. Estamos a falar de uma pegada ecológica sem precedentes, na nossa Região.

Perante este cenário dantesco, é da mais elementar justiça que a Região exija da administração norte-americana, assim como do Governo da República, a justa compensação.

Na nossa óptica, não estamos a falar dos méritos e deméritos do Governo Regional. Não estamos a dizer se o Plano de Revitalização da Ilha Terceira, apresentado pelo Governo, foi feito numa noite ou num dia.

Estamos a falar da obrigação imperiosa do Governo Regional, em defender, sem tibiezas, o presente e o futuro de milhares de pessoas e suas famílias, com particular incidência e preocupação para jovens e crianças. Nesse sentido, a hierarquia de responsabilidades apontadas pelo referido Plano tem o nosso acordo.

É evidente que este Plano não pode - para acudir a uma emergência – ter, como reverso, o prejuízo de outras ilhas, seja de que maneira for. É claro que as eventuais colisões de interesses devem ser assumidas e corrigidas, pois o Plano (como qualquer outro plano) está sempre sujeito a melhorias. Contudo, não podem eventuais erros, omissões ou falhas servir de pretexto para ofuscar o essencial.

Hoje, o que urge é lutar pelos nossos concidadãos/ãs. Lutar pelos Açorianos e Açorianas e não pelos “nossos” eleitores/as. E tudo aquilo que seja branquear responsabilidades ou criar manobras de diversão não ajuda, nesta luta.



I Representação Parlamentar I



A placidez, até mesmo o desprezo que, numa primeira fase, esta questão mereceu do Governo PSD/CDS, não augura nada de bom e contrasta, indecentemente, com a rapidez e eficiência com que o mesmo governo corre a salvar qualquer Banco.

Após o facto consumado, lá se decidiu a formar (não sabemos quando, nem como) um grupo de trabalho para estudar o problema.

Tudo é feito lentamente, reservadamente, com muita prudência, pois não são as pessoas, a Ilha, a Região Autónoma dos Açores, que mais importam ao Governo da República. O que importa (e sempre importou) é o seu alinhamento ideológico, com os arvorados polícias do mundo. Estes não podem ser beliscados - é esta a palavra de ordem dos servos da gleba (leia-se, Governo da República) aos desmandos do senhor seu amo (leia-se, administração norte-americana).

Na mesma linha – e apesar dos seus esforços -, o Governo Regional não obteve do Partido Socialista nacional um categórico apoio às suas propostas. O mais que ouvimos de António Costa e de Carlos César, foi que o assunto era muito importante e, por consequência, o Primeiro- Ministro deveria assumir o comando de todo o processo. Para quem assume a candidatura a primeiro-ministro do país, exige-se outro tipo de compromissos para com os/as portugueses/as de qualquer região.

Todos estes factos mostram, à evidência, que este processo será duro. Às esperadas manobras políticas da administração norte-americana, junta-se, desde já, a falta de empenho de responsáveis e dirigentes políticos, na República.

Por tudo isto, não podemos ser nós, nos Açores, a dar tiros nos pés.

Por outro lado, tirar lições desta situação não fará mal a ninguém. Atravessamos, no País e na Região, a maior crise social e económica da democracia e, na ilha Terceira, esta crise será ainda mais profunda. Se a palavra de ordem de hoje é trabalhar para minimizar os estragos, tal não nos pode impedir de olhar para o futuro e perspectivar os Açores do futuro.

É mais do que tempo de olhar para a situação geográfica dos Açores, noutra dimensão, que não seja a que nos quiseram impor, como se a nossa posição geoestratégica só pudesse servir a guerra e, ainda por cima, a guerra de outros, que não a nossa.

A nossa verdadeira 'guerra' é tirar partido desta posição estratégica para desenvolver os Açores, elevando-o para novos patamares de desenvolvimento económico e bem-estar de quem aqui vive.

Dito de outra maneira: ter uma estratégia própria e não um modus vivendi imposto por outros, sejam eles quem forem.

Quer isto dizer que os ensinamentos de hoje devem servir para meter tabus antigos no lixo, ousando pensar a nossa posição geoestratégica, como factor de desenvolvimento civil e económico, a que a economia do mar (por exemplo) não é de todo alheia.



I Representação Parlamentar I



Não basta defender, no ordenamento jurídico nacional, as prerrogativas constitucionais que nos cabem, quanto ao domínio marítimo. Isto é importante, sem dúvida e, nessa batalha, o Bloco de Esquerda ombreará com quem nela estiver.

Mas, como cada vez mais vozes afirmam, a defesa do mar dos Açores faz-se, sobretudo, através do conhecimento.

Conhecimento em parcerias, como é óbvio, mas a partir dos Açores. Por isso, para nós, Bloco de Esquerda, avançar para a implementação de um Centro de Investigação Público Internacional das Ciências do Mar é vital para os Açores e, conseqüentemente, para o País.

É nossa convicção que, nesta área fundamental para o nosso futuro colectivo, avançar para este desiderato é o caminho certo.

E será também a prova de que aprendemos com os erros do passado, que os tabus estão a ser derrotados e que a nossa forma de estar é e será: os Açores primeiro!

Horta, 11 de Fevereiro de 2015